

**DISCURSO DE SUA EXCELENCIA A MINISTRA DA JUSTIÇA, JOANA ROSA, NA
ABERTURA DO I FÓRUM ANUAL SOBRE A JUSTIÇA**

Praia, Salão de Banquetes da ANCV, 30 de novembro de 2021

Senhor

Senhor

Senhoras e senhores participantes,

Distintos convidados,

Minhas senhoras e meus senhores,

Começo por cumprimentar a todos.

Estamos a iniciar hoje uma nova era na nossa justiça, inaugurando o início do ano judicial com a realização deste que é o 1º Fórum Anual sobre a Justiça, uma conjugação de esforços do Ministério da Justiça e do Conselho Superior da Magistratura Judicial que contou com o alto patrocínio do PNUD, e que decorrerá até o próximo dia 3, cujo tema **“As Alterações ao Código de Processo Civil”**.

Estou ciente que será o primeiro de muitos a, anualmente, reunir operadores judiciais nacionais e não só, à volta de temáticas importantes para a boa realização da Justiça em Cabo Verde.

Nas sociedades organizadas, o objetivo da Justiça é regular os conflitos, buscando sempre a verdade material, com o fim de aproximar os envolvidos, restaurar os laços sociais desfeitos pelo crime, reparar os danos causados e gerar compromissos futuros que sejam mais harmónicos.

Para tal tem que estar suportada por instituições fortes, estáveis, mas dinâmicas, ancoradas em princípios de igualdade, objetividade, celeridade, qualidade e eficiência.

Num Estado de Direito Democrático, a realização da Justiça é, por conseguinte, um elemento fundamental para a preservação da paz e tranquilidade sociais, ou ainda para a garantia de que o exercício dos direitos e das liberdades seja efetivamente salvaguardado e devidamente tutelado.

Para isso, o trabalho dos Juizes e dos Tribunais, tal como todo o edifício constitucional e legal que normaliza o Estado, é fundamental, devendo ser perceptível, por todos, como atuante e efetivo.

Não é salutar e nem desejável que a ação do sistema leve à perceção de que a Justiça não funciona.

Em Cabo Verde essa percepção é amiúde manifestada, especialmente quando se constata que a resolução dos conflitos não é razoavelmente tempestiva ou a ação de juízes não é compreendida e aceite.

Várias são as vozes reclamando da morosidade e relativa ineficiência judiciais; inúmeras as manifestações de desagrado quando processos demoram demasiado tempo para se resolverem ou, então, são declarados prescritos.

As autoridades estão avisadas do facto.

A ação dos Governos e dos Tribunais tem sido no sentido da construção de uma justiça mais célere, justa e eficaz.

Mas a percepção negativa está presente e os ruídos que provoca devem ser considerados.

Não vale procurar culpados ou a génese do problema, mas antes constatar sua dimensão e trabalhar no sentido de construção de uma Justiça mais robusta, menos morosa e que reponha a paz e tranquilidade sociais, no quadro constitucional e legal vigente.

Não podemos, no entanto, esquecer que este é um processo em permanente evolução. As sociedades são dinâmicas. Os processos de desenvolvimento complexificam as dinâmicas sociais e fazem emergir novos desafios.

Atingir a verdade material, na realização da Justiça, é um processo: algo que vai sendo conseguido de forma paulatina com ação em várias vertentes; cuidando sempre das instituições e seus titulares, a quem se exige o dever de engajamento, de eficácia e produtividade, bem como a humildade de servidor público.

Neste processo, o estudo, a investigação, a cooperação institucional e a vontade política são também elementos fundamentais que evitam a estagnação e/ou o retrocesso; a pressão externa deve sempre ser encarada como um alerta contra a acomodação e um estímulo para se fazer mais e melhor.

No que a este fórum diz respeito, deve-se levar em conta que, na justiça cível, entre nós, inúmeras têm sido as mudanças introduzidas na legislação, nos últimos dez anos, sempre na busca de soluções mais eficientes.

Aprovamos o novo Código de Processo Civil de Cabo Verde, que vigora desde 2011, e nele introduzimos, neste período, duas alterações substanciais (em 2015 e em 2021), visando a simplificação e a aceleração da tramitação processual.

A um tempo, fomos refletindo sobre como eliminar, na prática, os excessivos formalismos, nulidades e retóricas que só dificultam a celeridade e a eficácia; o que, efetivamente, põe em evidência a necessidade de um novo paradigma para a justiça cabo-verdiana.

O próprio programa do Governo valoriza positivamente essas reflexões e preconiza medidas que pretendem contribuir para a criação desse novo paradigma, visando:

- i) introduzir alterações nos processos executivos;

- ii) acelerar a tramitação processual;
- iii) implementar o funcionamento do Sistema de Informação da Justiça (SIJ), especificamente na componente Processo Cível;
- iv) alargar as competências dos Tribunais de Pequenas Causas, para abarcar o maior número possível das chamadas bagatelas judiciais;
- v) o melhoramento das condições infraestruturais para o funcionamento dos Tribunais, com a operacionalização do projeto “Campus de Justiça de Palmarejo” e o investimento em novas instalações, nos concelhos e ilhas onde tal seja requerido;
- vi) o recrutamento de mais magistrados e mais oficiais de justiça;
- vii) as reformas a nível da Justiça Administrativa;
- viii) a implementação de um novo modelo para a Reinserção Social, com o envolvimento da Ministério da Família, Desenvolvimento e Inclusão Social, Municípios, Igrejas e a sociedade civil organizada.

São medidas que objetivam combater as ineficiências do sistema, lutar contra a morosidade e as pendências processuais, evitar o sentimento de denegação da justiça para aqueles queixosos que, sem justificação aceitável, vêm seus processos prescreverem.

Apesar de reconhecer que, como estado independente e livre, temos um percurso de conquistas e avanços, devemos constatar que, como processo que é, a reforma da justiça impõe tomadas de medidas assertivas, continuadas e especialmente focadas e centradas na satisfação da sociedade, na defesa da democracia e do estado de direito.

Este deve ser o objetivo e a bússola que deve orientar a nossa ação.

Senhor

Senhor

Distintos Convidados

É, também, fundamental que a ação governativa do setor esteja estribada em conhecimentos especializados daqueles que, em nome do povo, administram a Justiça.

Quero por isso agradecer a todos, pela organização deste fórum e pela participação.

Os magistrados, os oficiais de justiça, a polícia científica e os advogados são os contribuintes mais diretos e visíveis na redenção dos diversos conflitos judiciais. São ainda os detentores, por excelência, do “savoir faire” nas questões judiciais e sua ação é diretamente visível e escrutinada pela sociedade.

São, por isso, os melhores conhecedores das técnicas, dos problemas e dos meandros processuais.

Sendo assim, ninguém melhor do que vós para refletir, estudar, intercambiar experiências e encontrar as melhores soluções para os problemas do Sistema Judicial.

E entendo ser esta a razão e a necessidade para a realização deste fórum.

Estão todos aqui representados e, estribados nos vossos conhecimentos teóricos e na experiência prática de cada um, aliados à reflexão conjunta que ireis fazer nestes 3 dias de trabalho, esperamos, todos, poderes e sociedade, contribuições pertinentes, lógicas, práticas e adaptadas à realidade de um País onde os recursos não abundam, mas cuja população escolheu viver num Estado de Direitos e as instituições se obrigam a prestar uma justiça condizente com as necessidades de um Estado Democrático e de liberdade.

Esperamos que reflitam sobre o estado da nossa justiça e de problemas como: morosidade, adequação legislativa, funcionamento das estruturas de administração, modelo organizativo, recursos, etc.

O programa que escolheram para este I Fórum, induzem-nos a esperar contribuições sólidas que nos podem ajudar a aprofundar a reforma de justiça cabo-verdiana, em especial na sua vertente cível.

Vivemos num mundo extremamente mediatizado, onde a massificação de meios de comunicação é uma realidade; num cenário onde todos, legitimamente ou não, com o auxílio de um simples “smartphone” e acesso a uma rede social qualquer, podemos dizer e fazer a “nossa” justiça.

Sem necessidade de termos conhecimentos especializados na matéria ou de nos preocuparmos com a ética; redes essas que fazer eco e aglomeram as opiniões daqueles que, de certa forma, se sentem lesados com os problemas judiciais ou outros. Nesta circunstâncias, rapidamente, o problema de uns passa a ser o problema da sociedade e, pela perceção criada, transforma-se em sentimentos que, emotivamente expressos, prejudicam a imagem institucional.

Como conviver com tudo isto?

Como lutar contra os seus efeitos negativos?

Como ter prestações que preservem, a todo o tempo, a boa imagem institucional desejada?

São questões que precisam de respostas e sobre as quais, sei, ireis debruçar.

Espero que a vossa reflexão seja profícua, com resultados que possam ajudar o desempenho de todos.

Desejo-vos, pois, um bom trabalho e declaro aberto o ***I FÓRUM ANUAL SOBRE A JUSTIÇA***

Muito obrigado!